

O DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ATIVIDADE NO CONTEXTO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO ¹

Maria Alice Alves², Antonio Guilherme Martins³, Maria Eduarda Silva Siqueira da Luz⁴, Nayron Vitor do Nascimento Barbosa⁵, Francisco Jander de Sousa Nogueira⁶

¹ Projeto de Extensão Universitário da Universidade Federal Delta do Parnaíba

² Aluna do Curso de Graduação em Psicologia da UFDPAr, membro do ICV/UFDPAr - Campo Maior/PI/Brasil

³ Aluno do Curso de Graduação em Psicologia da UFDPAr,, bolsista PIBEX/UFDPAr, guilhermepsi@ufpi.edu.br - Varjota/CE/Brasil

⁴ Aluna do Curso de Graduação em Psicologia da UFDPAr, bolsista PIBIC/UFDPAr, mariaessluz@outlook.com- Teresina/PI/Brasil

⁵ Aluno do Curso de Graduação em Medicina da UFDPAr, bolsista PIBEX/UFDPAr, nayron.n.b@gmail.com - Parnaíba/PI/Brasil

⁶ Professor Orientador, Doutor em Sociologia, Curso de Medicina (UFDPAr), jander.sociosaude@gmail.com - Parnaíba/PI/Brasil

RESUMO:

Introdução: O trabalho intersetorial entre saúde e educação na abordagem das concepções de gênero no ambiente escolar são de fundamental importância para concretizar direitos fundamentais. **Objetivo:** Trata-se de um projeto de extensão com caráter de pesquisa-ação desenvolvido nos territórios e cenários de educação e saúde no município de Parnaíba em duas escolas da rede pública com o objetivo de promover ações de direito à saúde, com vistas às questões de gênero na educação e na saúde no município de Parnaíba-PI. **Resultado:** Resulta-se na promoção de espaços de reflexão acerca da negação dos direitos à saúde no município, fornecendo assim um mapeamento das principais demandas e necessidades ligadas às questões de gênero no cotidiano das escolas públicas em Parnaíba-PI. **Conclusão:** O trabalho, em sua completude, procura concretizar as políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, com o intuito de assegurar o acesso desta aos direitos que comumente lhe são negados.

INTRODUÇÃO:

O direito à saúde no Brasil emerge da luta do Movimento da Reforma Sanitária e está garantido na Constituição de 1988. De acordo com o texto constitucional, saúde é entendida como uma perspectiva ampliada e não apenas como assistência médico sanitária. Nesta concepção, saúde é decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais. A Saúde, a Previdência e a Assistência Social integram o Sistema de Seguridade Social e esta conquista representa o compromisso e a responsabilidade do Estado com o bem-estar da

população (BRASIL, 1988, art. 194).

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), assim como as demais políticas de Equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se um marco histórico nas políticas públicas de saúde, ao promover a integralidade da atenção de população LGBTQIA+, contribuindo para a eliminação da discriminação e do preconceito institucional e buscando estruturar uma linha de cuidado, desde a atenção básica à especializada, incluindo-se o acolhimento e a humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores(as) e demais usuários(as) da Unidade de Saúde para o respeito às diferenças, em todos os níveis de atenção. Nesse contexto, além da garantia do direito ao uso do nome do social, o Ministério da Saúde passou a viabilizar demandas específicas das populações de travestis e transexuais por meio de atos normativos internos, como o que instituiu e regulamentou o Processo Transsexualizador, no âmbito do SUS (BRASIL, 2015).

Travestis e transexuais sempre estiveram na linha de frente dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil com a população LGBTQIA+. Isso ocorre porque esse grupo populacional apresenta uma identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões heteronormativos, em que homem é homem e mulher é mulher, e qualquer coisa que escape dessa norma é encarado com estranhamento e distanciamento. No caso desta população trans, esses fatores se materializam, na maioria das vezes, em forma de assassinato dessa população e violências.

Sendo assim, a escola, como espaço de desenvolvimento de saúde, é considerada local privilegiado para políticas e projetos que garantam os direitos reprodutivos e sexuais de seus alunos no âmbito da educação. Assim, em 1996, foi aprovada a terceira e mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados em 1998, cujo objetivo da orientação sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade. Para isso, deveria ser trabalhada transversalmente, perpassando todas as disciplinas, em consonância com uma visão ampla de sexualidade, incluindo seu caráter cultural, social e histórico (FURLANETTO ET AL., 2018 p. 553).

Diante disso, o projeto tem por objetivo promover ações de direito à saúde, com vistas às questões de gênero na educação e na saúde no município de Parnaíba-PI. Neste sentido, as políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ vêm sendo desenvolvidas, no Brasil, com o intuito de possibilitar o acesso desta aos direitos que comumente lhe são negados.

METODOLOGIA:

Este projeto tem um caráter de pesquisa-ação por compreender que esta abordagem é eminentemente pedagógica e política. Ela serve à educação do homem cidadão preocupado em organizar a existência coletiva da cidade. Ela pertence por excelência à categoria da formação, quer dizer, a um processo de formação de formas simbólicas interiorizadas, estimulado pelo sentido do desenvolvimento do potencial humano (BARBIER, 2002, p.19).

Este projeto de extensão está sendo desenvolvido nos territórios e cenários de educação e saúde no município de Parnaíba e em duas (02) escolas da rede pública municipal e/ou Estadual de Parnaíba. Os participantes deste projeto são: os profissionais de saúde da atenção primária à saúde (APS), alunos/as das escolas públicas municipais e/ou estaduais entre 14 e 18 anos, militantes dos movimentos sociais específicos contemplados neste projeto e comunidade em geral. Serão realizadas rodas de conversa e ciclos de oficinas temáticas. Como instrumentos de coleta de dados do projeto, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, a ser aplicado aos profissionais de saúde, e um questionário, que é utilizado inicialmente nas atividades escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Resulta-se na promoção de espaços de reflexão, entre profissionais de saúde e movimentos sociais, acerca da negação dos direitos à saúde no município de Parnaíba-PI, fornecendo assim um mapeamento das principais demandas e necessidades ligadas às questões de gênero no cotidiano das escolas públicas em Parnaíba-PI, bem como a sensibilização de profissionais de saúde e professores para a importância das questões de gênero na formação e no atendimento dos serviços de saúde, e o fortalecimento da participação política dos movimentos sociais frente às suas condições de saúde e cenários educacionais.

O debate acerca das diversidades de gênero nas escolas segue ainda pautado em preconceitos presentes historicamente na sociedade. Assim como corrobora Almeida (2020), discutir sobre a sexualidade, principalmente a sexualidade da mulher negra, é permeada de ideias nocivas e segregantes: as censuras ao corpo, ao prazer, aos desejos, ao comportamento; os estereótipos estéticos e afetivos. Nesse sentido, percebe-se o quanto o corpo da mulher negra é tratado ora como objeto-sexual, num movimento de hipersexualização do corpo negro, ora entre a mulher “invisível”, uma dessexualização por não se enquadrar aos padrões corporais e estéticos aceitáveis de “objeto-sexual”.

Além disso, nota-se que as discussões a respeito da população LGBTQIA+, quando há, é imersa de conservadorismo e discriminação, contribuindo para a um ambiente

escolar pautado em violência à essa população. Conforme Lunkes (2018), as atitudes discriminatórias contra as sexualidades consideradas desviantes entre as/os próprias/os estudantes são a contrapartida da vigilância que se exerce sobre as sexualidades consideradas 'normais', o que, de acordo com pesquisas, se relaciona fortemente aos índices obtidos de pesquisas: "um alto número de professores considera "inadmissível" a relação homossexual"(LUNKES, 2018).

Essa dimensão de gênero tem-se inserido nas políticas públicas do setor de diversas maneiras, sobretudo, durante esses últimos anos da incorporação do Sistema único de Saúde. Nesse sentido, de maneira alegórica no cenário atual do SUS, considera-se, de forma geral, tais políticas inerentes ao exposto: a política de IST e aids, com destaque para o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e Outras IST (BRASIL, 2007), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (BRASIL, 2008) e a Política de Atenção Integral à Saúde da População LGBT (BRASIL, 2009).

Os agravos à saúde da comunidade LGBT, são determinados socialmente, e segundo Lionço (2009), esses paradigmas são observados, sobretudo em consequência das inúmeras violações dos direitos determinados à essas pessoas. Nesse aspecto, conforme Cardoso e Ferro (2012), essa população específica, por não se adequar a um padrão heteronormativo, acaba por ter direitos básicos agredidos, levando em consideração que diversos fatores os colocam em condição de vulnerabilidade, como a violação do direito à saúde - um direito social garantido por lei, e sem dúvidas, crucial

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT possui como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e do preconceito no processo de saúde-doença dessa população. Contudo, se percebe a ausência da construção e divulgação de estudos sistemáticos e regulares voltados para a ação desses efeitos contra essa população (GOMES; FACCHINI; MENEGHEL, 2018).

Nesse contexto, a integralidade dessa política deixa evidente as ações transversais em diversas áreas da saúde como: a inserção da temática da atenção integral à população LGBT na formação permanente dos profissionais do SUS; a inclusão de quesitos orientação sexual, identidade de gênero e étnico-racial nos documentos de notificação de violência da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS); a sensibilização dos profissionais de saúde acerca das especificidades da população LGBT.

Em suma, é crucial destacar a discussão da política de IST, na abordagem das relações de gênero, sexualidade e saúde. Em termos de saúde, houve uma eclosão do movimento

homossexual e sua visibilidade a partir do surgimento do vírus HIV/Aids, que era predominantemente associado a esse segmento específico. Estes eram denominados grupos de risco e foram considerados, de modo geral, responsáveis pela proliferação do vírus no país (PREUSS; MARTINS, 2019).

Em sintonia com o exposto, a epidemia trazia um conjunto de questões que interseccionais, que ia além do campo da saúde. Assim, a política não se limitaria às recomendações básicas (mas necessárias) ao uso de preservativos, por exemplo, mas precisou ampliar as medidas que reconhecessem e construísse os instrumentos para trabalhar com relações desiguais e vulneráveis que presenciamos no cotidiano, em princípio desigualdades de gênero.

Logo, a proposta de enfrentamento da feminização da epidemia do HIV/aids tem como eixo de referência a mobilização da sociedade em relação aos direitos políticos, sociais, econômicos e reprodutivos das mulheres e sua aplicação compreende a articulação com estados, municípios e sociedade civil (BRASIL, 2007). Com o escopo de instituir e fortalecer medidas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres – seja ela física, psicológica ou sexual.

Em análise, tratando-se de políticas públicas com enfoque de gênero, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem representou um marco importante nas discussões acerca da carência de políticas que abordassem a população especificamente masculina. Nessa perspectiva, a saúde do homem surgiu como tema no campo de estudos do país a partir da década de 1970, com os primeiros debates a despeito da relação entre o modelo de masculinidade hegemônico na sociedade e os agravos à saúde do homem (GOMES; NASCIMENTO, 2006).

Nessa lógica, é fundamental destacar que uma das maiores preocupações desta política é, além da promoção do acesso da população masculina aos serviços de atenção primária à saúde, mas também que a população masculina possa reconhecer sua fragilidade e vulnerabilidade, para que possa compreender e assumir sua demanda (CARRARA; RUSSO; FARO, 2009)

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem estabelece, então, como seu objetivo principal:

Promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade dessa população, através do enfrentamento racional dos fatores de risco e mediante a facilitação ao acesso, às ações e aos serviços de assistência integral à saúde.

(BRASIL, 2008, 31).

Em geral, a política afirma, nesse sentido, princípios consonantes aos do SUS relacionados, por exemplo, à humanização, qualidade de vida e promoção da integralidade do cuidado na população masculina promovendo o reconhecimento e respeito à ética e aos direitos do homem, obedecendo às suas peculiaridades socioculturais (BRASIL, 2008).

Segundo afirma Pinheiro et al. (2017) a formação e a qualificação profissional há muito tempo são foco de constantes discussões no âmbito da educação brasileira. Os profissionais cada vez mais sentem e alegam despreparo acadêmico e educação permanente insuficiente para a abordagem de diversos temas, dentre eles a sexualidade e a educação sexual.

De acordo com Ferraz, Addor e Neto (2019) afirmam que a maioria das críticas voltadas às discussões de movimentos que trabalhem gênero na educação se baseiam em argumentos falaciosos construídos para deslegitimar um movimento sério teórico-prático que busca a discussão das principais mazelas que afetam boa parte da sociedade, visto que esse tipo de fala se apresenta como causa para o desenvolvimento de preconceitos e discriminações, destaca-se a importância das políticas públicas educacionais como forma de desconstrução dessas ideias, reconstruindo a forma como esse assunto deve ser tratado no âmbito escolar.

Percebe, de acordo com estudos, a necessidade da presença do discurso sobre gênero e sexualidade no âmbito da saúde, em que a cisheteronormatividade ainda se sobrepõe, negligenciando indivíduos cujos corpos e identidades diferem da norma, salientando aqui também a necessidade do desenvolvimento das políticas públicas de saúde voltados para esses temas, pois, dessa forma, pode-se reconhecer a variedade das vivências da população e promover o acolhimento de suas demandas, o que permitiria uma melhor expressividade do direito à pluralidade de gênero (GOMES; MURTA; FACHINI; MENEHHEL, 2018).

Diante do exposto, uma das principais questões abordadas no estudo é que os serviços públicos da educação e da saúde devem buscar formas democráticas para oferecer a tarefa de maneira equitativa, o que só se torna possível através das políticas públicas, pois elas têm, o intuito de democratizar o acesso à educação e a redução do preconceito e da discriminação, garantindo o amplo desenvolvimento da sociedade. (FERRAZ; ADDOR; NETO, 2018).

A articulação entre saúde e educação deve respeitar a realidade e as particularidades do ambiente escolar. Porém, à medida que, essa discussão é colocada sobre a

responsabilidade apenas de profissionais da saúde, como explicado por Catharino:

Contém o risco de fracionar o trabalho pedagógico, colocando nas mãos de 'especialistas' alheios ao cotidiano escolar, uma atividade que diz respeito às formas de relação, aos discursos, aos jogos de poder e às trocas afetivas que são produzidos naquela comunidade (2006, p. 7).

Ao posto que essa problematização de gênero e sexualidade é inserida no ambiente escolar, permite-se o compartilhamento de percepções, corroborando para o processo de aprendizagem, bem como possibilita a abertura para novos debates e construções (SILVA; BORBA, 2018). Com isso, como apontado por Catharino (2006), esses jovens consideram o ambiente escolar como local de liberdade para se discutir a sexualidade, podendo questionar os mitos e tabus sociais. Algo que, não deve ser apenas considerado, mas também valorizado, de maneira que, os esforços para a inclusão desses debates no âmbito escolar devem estar voltados para essa confiança.

É inegável afirmar que existem empecilhos para a realização e efetivação da discussão, e um dos desafios apontados por Silva (2019) foi a dificuldade e relutância dos profissionais de em abordar em sala de aula temas relacionado a gênero e a sexualidade, em que, por exemplo, alguns profissionais se escondiam em discursos de não saber como abordar sobre gênero em sala de aula, como forma de distanciamento seguro. Bem como, não viam a escola como responsável para tratar as questões de gênero (MAIA; NAVARRO; MAIA, 2011).

Além de que, outros autores afirmam que em meio a essa dificuldade em abordar sobre gênero, docentes utilizavam-se de situações que ocorriam em sala de aula, como discussões e ofensas entre alunos, para poderem começar a introduzir essa discussão dentro da escola (SILVA, 2019).

De acordo com Catharino (2006), existe a necessidade de se reconhecer o caráter político que gênero apresenta, ao ponto em que é enfatizado a construção social e histórica a partir da diversidade desse. Tal fator admite as relações sociais como contribuinte para a formação da identidade de gênero, o que, para a autora, pode até certo ponto tornar o conceito de gênero relativo.

Entretanto, essa abordagem permite o reconhecimento da pluralidade e multiplicidade da identidade de gênero. Com isso, pode-se reconhecer a escola como um terreno mais propício para a construção do desenvolvimento de diálogos e acúmulos sobre gênero, ao passo que a mesma apresenta caráter de formação, em que o indivíduo transita em vários

momentos da vida, seja como discente, docente ou responsável pelo discente (AUAD; RAMOS; SALVADOR, 2018)

CONCLUSÃO:

Evidencia-se, portanto, a importância da integração entre saúde e educação na escola, de modo a diagnosticar e procurar resolver falhas estruturais no que diz respeito às questões de gênero e educação sexual. Neste sentido, o trabalho, em sua completude, procura concretizar as políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ que vêm sendo assimiladas no Brasil, com o intuito de assegurar o acesso desta aos direitos que comumente lhe são negados.

PALAVRAS-CHAVE:

Atenção à Saúde; Integralidade em Saúde; Educação Sexual

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Janaína da Conceição Santos Dias. **Rodas de conversa: debatendo diversidade na escola**. 21f. 2020. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Inclusão e Diversidade na Educação – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2020. BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília. Plano Editora, 2002.

AUAD. D; RAMOS. MRN; SALVADOR. R. **Educação, emancipação e feminismos possíveis: um olhar histórico sobre a igualdade de gênero na escola**. Revista Educação E Emancipação, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, set/dez.2017.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003a.

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da saúde. **Plano integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de aids e outras dst**. Coordenação nacional de DST e AIDS. Brasília, DF: Ministério Da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem. Secretaria de atenção à saúde**. Brasília, DF: Ministério Da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integralde lésbicas, gays,**

bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, DF: Ministério Da Saúde, 2009.

CARDOSO, M.R; FERRO, L.F. **Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão.** Psicol. Cienc. prof., Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 04 de junho de 2020.

CARRARA, S; RUSSO, J.A.; FARO, L. **A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino.** Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 659-678, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de junho de 2020.

CATHARINO, T. R. **Gênero e sexualidade no espaço escolar – uma proposta de educação e saúde.** Revista Ártemis - Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades, n. 5, 20 dez. 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

FERRAZ, M. O. K; ADDOR, N; NETO, J. O. N. **Políticas públicas de gênero na educação: uma análise para o desenvolvimento.** Revista Eletrônica Do Curso De Direito Da Ufsm, [S.I], v. 14, n. 3, out. 2019.

GOMES, R. et al . **Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1997-2006, jun. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601997&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 de junho de 2020.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista Da; MARIN, Angela Helena. **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura.** Cad. Pesqui., São Paulo , v. 48, n. 168, p. 550-571, jun. 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000200550&lng=pt&nrm=iso>.

GARCIA, J.; PARKER, R. **From global discourse to local action: the makings of a sexual rights movement?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 13-41, jul./dez. 2006.

GOMES, R. et al . **Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1997-2006, jun. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601997&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 de junho de 2020.

GOMES, R; NASCIMENTO, E.F. DO. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 901-911, mai. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de junho de 2020.

LIONCO, T. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios**. Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, pág. 43-63, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de junho de 2020.

LUNKES, Fernanda Luzia. **Gênero e violência de gênero no espaço escolar**. Travessias, Cascavel, v. 12, n. 3, p. 45-59, dez. 2018. ISSN 1982-5935. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20900>>. Acesso em: 26 out. 2020.

MAIA, A.C.B; NAVARRO, C; MAIA, A.F. **Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental**. Psicol. educ., São Paulo, n. 32, p. 25-46, jun. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 de junho de. 2020.

PINHEIRO, Aldrin de Sousa; SILVA, Lucia Rejane Gomes da; TOURINHO, Maria Berenice Alho da Costa. **A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersectorialidade**. Trab. educ. saúde, Rio de

Janeiro , v. 15, n. 3, p. 803-822, Dec. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000300803&lng=en&nrm=iso>..

PREUSS, L.T; MARTINS, D.A.B. **Reflexões acerca da Política Nacional de Saúde Integral LGBT nas regiões de fronteiras**. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 20, n. 3, p. 933-946, set. 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000300933&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04

de junho de 2020.

SILVA, C.G. DA; BORBA, P.L.DO. **Encontros com a diferença na formação de profissionais de saúde: juventudes, sexualidades e gêneros na escola.** Saude soc., São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1134-1146, out. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401134&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 de junho de 2020.

SILVA, D. **Caminhos possíveis para produção de práticas pedagógicas no enfrentamento das violências de gênero e sexualidade.** Periferia, v.11, n.2, p. 424-441, maio/ago. 2019

TAGLIAMENTO, G. **A arte dos (des)encontros: mulheres trans e a saúde integral.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.